

Elektro Operação e Manutenção Ltda.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de dezembro de 2025 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Elektro Operação e Manutenção Ltda.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Elektro Operação e Manutenção Ltda (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Elektro Operação e Manutenção Ltda. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular mutuamente em relação a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte oferece serviços profissionais de ponta para quase 90% das empresas listadas na Fortune Global 500® e milhares de outras organizações. Nossas pessoas entregam resultados mensuráveis e duradouros que ajudam a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir que os clientes se transformem e prosperem. Com seus 180 anos de história, a Deloitte está hoje em mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 470 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo geram um impacto que importa em www.deloitte.com.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras


Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

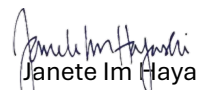
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2025


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ


Janete Im Hayashi
Contador(a)
CRC nº 1 SP 303811/O-3

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025

Elektro Operação e Manutenção LTDA

Sumário

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO	3
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	4
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	5
BALANÇO PATRIMONIAL	6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	8
2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	11
3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	13
4. CUSTOS DE OPERAÇÃO, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS.....	13
5. RESULTADO FINANCEIRO	14
6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS.....	14
7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS	17
9. IMOBILIZADO	17
10. INTANGIVEL.....	18
11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR.....	18
12. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR	18
13. PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES.....	19
14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	20
16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	21

Elektro Operação e Manutenção LTDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	3	108.310	113.050
Custos		(63.482)	(71.787)
Custos de operação	4	(63.482)	(71.787)
Lucro bruto		44.828	41.263
Outras despesas	4	(356)	(14.073)
Despesas gerais e administrativas	4	(24.369)	(15.948)
Lucro operacional		20.103	11.242
Resultado financeiro	5	3.161	29
Receitas financeiras		2.858	1.209
Despesas financeiras		(503)	(1.063)
Outros resultados financeiros, líquidos		806	(117)
Lucro antes dos tributos		23.264	11.271
Tributos sobre o lucro	6.1	(4.256)	(3.249)
Corrente		(4.256)	(3.249)
Lucro líquido do exercício		19.008	8.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elektro Operação e Manutenção LTDA

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro do exercício	19.008	8.022
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(57)	-
Total dos itens que não serão reclassificados para o resultado	(57)	-
Itens que serão reclassificados para o resultado:		
Hedge de fluxo de caixa	(28)	-
Total dos itens que serão reclassificados para o resultado	(28)	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido dos tributos	(85)	-
Resultado abrangente do exercício	18.923	8.022

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elektro Operação e Manutenção LTDA

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	19.008	8.022
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	4.185	2.632
Tributos sobre o lucro	4.256	3.249
Resultado financeiro, líquido	(3.161)	(29)
Alterações no capital de giro:		
Contas a receber de clientes e outros	65	4.868
Fornecedores e contas pagar	(492)	(4.680)
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(3.290)	4.303
Outros tributos a recuperar (recolher), líquidos	276	(1.293)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	-	86
Outros ativos e passivos, líquidos	(649)	(3.063)
Caixa gerado (consumido) nas operações	20.198	14.095
Instrumentos derivativos pagos, líquidos	(79)	-
Rendimentos de aplicações financeiras	3.041	1.242
Pagamento de juros – Arrendamentos	182	-
Tributos sobre o lucro pagos	(1.765)	-
Caixa gerado (consumido) nas atividades operacionais	21.577	15.337
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de imobilizado e intangível	(8.881)	(4.058)
Caixa consumido nas atividades de investimentos	(8.881)	(4.058)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Pagamento de principal – Arrendamentos	(2.325)	-
Mútuos recebidos	(5.651)	5.651
Caixa gerado nas atividades de financiamentos	(7.976)	5.651
Aumento de caixa e equivalentes de caixa no exercício	4.720	16.930
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	26.649	9.719
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	31.369	26.649

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elektro Operação e Manutenção LTDA

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	31.369	26.649
Contas a receber de clientes e outros	8	10.816	10.880
Instrumentos financeiros derivativos		3	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.2	695	629
Outros tributos a recuperar	6.2.1	514	771
Outros ativos		430	343
Total do circulante		43.827	39.272
Não circulante			
Instrumentos financeiros derivativos		4	-
Tributos sobre o lucro a recuperar	6.1.2	224	2.858
Direito de uso		390	1.765
Imobilizado	9	10.853	7.968
Intangível	10	9.798	6.463
Total do não circulante		21.269	19.054
Total do ativo		65.096	58.326
Passivo			
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	11	4.382	5.680
Passivo de arrendamento		581	2.216
Instrumentos financeiros derivativos		13	-
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar	12	13.837	17.127
Outros tributos	6.2.2	2.682	2.556
Outros passivos		1.366	5.129
Total do circulante		22.861	32.708
Não circulante			
Passivo de arrendamento		-	542
Provisões	13.1	95	86
Outros passivos		2.317	4.090
Total do não circulante		2.412	4.718
Patrimônio líquido			
Atribuído aos quotistas da Empresa	14	39.823	20.900
Total do patrimônio líquido		39.823	20.900
Total do passivo e do patrimônio líquido		65.096	58.326

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Elektro Operação e Manutenção LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Outros Resultados Abrangentes	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2024	70.000	-	(49.100)	20.900
Lucro líquido do exercício	-	-	19.008	19.008
Outros resultados abrangentes	-	(85)	-	(85)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	70.000	(85)	(30.092)	39.823
Saldos em 31 de dezembro de 2023	70.000	-	(57.122)	12.878
Lucro líquido do exercício	-	-	8.022	8.022
Saldos em 31 de dezembro de 2024	70.000	-	(49.100)	20.900

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Elektro Operação e Manutenção ("Empresa" ou "Elektro O&M") com sede e foro na cidade de Campinas, Estado São Paulo, é uma sociedade limitada de capital fechado, controlada pela Neoenergia S.A.

A Empresa tem por objeto social principal, realizar e prestar serviços a outras empresas, privadas ou públicas, de qualquer natureza, sejam elas federais, estaduais ou municipais, de operação e manutenção de centrais para produção de energia elétrica, engenharia, administração e realização de projetos, desenho básico ou detalhado, supervisão de construção e montagem, fiscalização e inspeção de equipamentos, obras e instalações, direção de obras, realização de projetos "turnkey", importação e exportação de equipamentos necessários para os serviços, gestão de compras, sistemas e controles de qualidade, assim como serviços de apoio à operação e manutenção de instalações e à execução dos serviços. Realização e prestação de serviços no âmbito energético em geral, e especialmente nas atividades de produção de energia elétrica. Participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista.

A Empresa possui papel estratégico na prestação de serviços de operação e manutenção, atuando majoritariamente do segmento de transmissão.

1.1. Gestão de riscos

As Diretrizes e Limites de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração da Neoenergia S.A. em abril de 2025, compostas pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos Corporativos e pelas Diretrizes de Gestão dos Riscos específicos para cada Negócio, estabelecem os princípios básicos e o marco geral de atuação para o controle e gerenciamento dos riscos aos quais está exposto o Grupo Neoenergia e que devem ser aplicados de acordo com o disposto no Propósito e Valores do Grupo Neoenergia.

O processo de gestão de riscos adota como fonte as principais boas práticas de mercado e diretrizes do COSO ERM e ISO 31000, assim como as premissas regulatórias e de órgãos que abrangem o setor de energia elétrica, em consonância com as regulamentações emitidas pela ANEEL.

A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Auditoria Interna e Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas Governança e de Controles Internos. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos.

1.1.1. Riscos financeiros e mercado

As Diretrizes e Limites de Riscos Financeiros se aplicam a todos os negócios que integram o grupo Neoenergia, dentro dos limites previstos aplicáveis às atividades que geram exposição a riscos financeiros, devendo ser reproduzida por suas controladas, observando seus respectivos estatutos sociais e a legislação aplicável. Estão incluídas diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial e de *commodities*, risco de taxas de juros e índices de preços, risco de liquidez e risco de solvência, assim como a utilização de instrumentos derivativos para fins proteção, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida.

A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alçada competente conforme Política de Limites e Alçadas da Neoenergia e de suas controladas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

As principais diretrizes em relação a estratégias de *hedge*, são:

- Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ter sua exposição cambial protegida (convertida para Reais) por meio de operações de *hedge*;
- O risco de câmbio e de *commodities* deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor;
- Instrumentos não-dívida com desembolsos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de *hedge* para mitigar o risco cambial;
- Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de *hedge* para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações;
- A contratação de derivativos é dedicada única e exclusivamente para fins de *hedge*, assim como não é permitida a contratação de derivativos ‘exóticos’ ou ‘alavancados’.

A estratégia da Companhia foi desenvolvida através da visão integrada dos riscos aos quais está exposta, considerando não apenas o risco de mercado, gerado pelas possíveis mudanças nos preços e cotações das variáveis ativas e passivas nas quais mantém posições, e o risco de liquidez, mas também o risco de crédito, proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia, entre outros.

Riscos	Origem da exposição	Gestão
Risco de taxa de câmbio	Empréstimos e financiamentos e outros instrumentos financeiros que não são denominados em BRL.	Operações de <i>swap</i> e a termo
Risco de taxa de juros (incluindo índices inflacionários)	Passivos atuariais, empréstimos e financiamentos indexados a diferentes taxas de juros incluindo, mas não se limitando, a SOFR e CDI.	Operações de <i>swap</i> , gestão de limite de exposição de ativos e passivos por componente de taxa de juros e índices inflacionários.
Risco de preços de produtos	Volatilidade dos preços de <i>commodities</i> metálicas e energia elétrica, e outros produtos.	Contratos de longo prazo com fixação de preços aderentes as projeções internas; ou operações a termo.
Risco de crédito	Recebíveis, transações com derivativos, garantias, adiantamentos a fornecedores e investimentos financeiros.	Diversificação da carteira e políticas para monitoramento de indicadores de solvência e liquidez das contrapartes.
Risco de liquidez	Obrigações contratuais ou assumidas.	Disponibilidade de linhas de crédito rotativo.
Risco de solvência	Passivos financeiros, obrigações contratuais ou assumidas.	Monitoramento dos <i>covenants</i> financeiros e da situação econômico-financeira da Companhia.

A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado quanto a estrutura operacional e de controles internos da Companhia para garantir o cumprimento das diretrizes de Riscos Financeiros e de Crédito.

Risco de taxa de câmbio

A Companhia, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuía em 31 de dezembro de 2025, operações de *hedge* cambial, para a totalidade de suas dívidas em moeda estrangeira e para seus principais desembolsos e investimentos previstos em moeda estrangeira. As estratégias de *hedge* cambial estão descritas na nota 16.6.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Risco de taxa de juros e índices de preços

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas pela exposição à variação de taxas de juros e/ou índices de preço, tanto no mercado brasileiro quanto no mercado externos (ex: CDI, TJLP, TLP, SOFR, IPCA e IGP-M, dentre outros). O resultado desta exposição influencia o montante de encargos financeiros da dívida e rendimentos das aplicações financeiras que impactam o resultado e o fluxo de caixa das operações. Por consequência, a Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados à índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação.

A Companhia monitora continuamente as taxas mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Risco de preço de commodities

Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por elevação dos preços das *commodities* que são utilizadas pela Companhia em suas atividades operacionais.

Commodities metálicas: variações nos preços de *commodities* metálicas podem impactar a rentabilidade dos projetos de infraestrutura, resultante no aumento de preço nos contratos dos fornecedores, implicando em maior necessidade de caixa para honrar os compromissos assumidos pela Companhia.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é associado à possibilidade, da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Companhia gerencia o risco de liquidez alocando o excedente de caixa em aplicações financeiras de liquidez diária e mantendo adequadas reservas de recursos e linhas de crédito aprovadas com algumas das principais instituições financeiras do país, além da capacidade de geração de caixa da empresa para honrar com os compromissos assumidos.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia mantinha recursos aplicados em caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, em montante adequado a cobertura dos seus ciclos operacionais e financeiros. Os fluxos das obrigações da Companhia, por faixa de vencimento, estão sendo apresentados em suas respectivas notas explicativas.

Risco de solvência

O risco de solvência está vinculado à possibilidade de deterioração da situação econômico-financeira que resulte na piora da qualidade de crédito ou na quebra de *covenants* financeiros que possam gerar o vencimento antecipado das dívidas, gerando impacto na classificação de crédito (*rating*), no custo da dívida e na liquidez.

1.1.2. Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade, da Companhia incorrer em perdas financeiras ou econômicas devido ao não cumprimento de obrigações financeiras ou contratuais de terceiros, como inadimplência ou 'não performance' de contrapartes.

Risco de crédito de contrapartes comerciais

O risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor elétrico, quando aplicável. Além disso, para as contrapartes

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

de comercialização de energia, são adotados critérios específicos quanto à avaliação da sua capacidade de crédito e aprovação de limites.

Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários, a Companhia segue as disposições da sua Diretriz de Risco de Crédito que tem como objetivo a mitigação do risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito (*rating*). É realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus *ratings* de longo prazo publicados pelas agências de *rating*. O quadro a seguir apresenta os *ratings* de longo prazo em escala nacional publicados pelas agências Moody's, S&P ou Fitch para as principais instituições financeiras com as quais a Companhia mantinha operações em aberto em 31 de dezembro de 2025.

<u>Ratings de longo prazo em escala nacional</u>	<u>Moody's</u>	<u>S&P</u>	<u>Fitch</u>
Itaú	AAA	-	AAA

1.1.3. Seguros

A Companhia mantém coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

<u>Riscos</u>	<u>Data da vigência</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade Civil Ambiental	31/05/2025 a 31/05/2026	36.000
Veículos - Operacional	31/05/2025 a 31/05/2026	1.000

2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia (demonstrações financeiras) foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em ~~27-27~~ de março de 2026.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

O real brasileiro é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação e convertidas pela taxa de câmbio vigente na data do balanço. Ganhos e perdas cambiais pela atualização de ativos e passivos são reconhecidos no resultado financeiro.

2.3. Políticas contábeis materiais e estimativas críticas

As políticas contábeis materiais e estimativas críticas aplicadas à estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
13.2	Provisão para processos judiciais
6.1.3	Tributos sobre lucro
9.1.	Imobilizado

2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

a) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência em 2025:

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
Resolução CVM nº 223/OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (<i>allowances</i>) e Crédito de Descarbonização (CBIO).	O objetivo desta orientação contábil é estabelecer os requisitos para o reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono (tCO2e), permissões de emissão (<i>allowances</i>) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro. Conseqüentemente, visa reduzir a diversidade de práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras.	01/01/2025, aplicação retrospectiva

A Companhia não identificou impactos relevantes na aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

b) Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 01/01/2026

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IFRS 7 (CPC 40): Divulgação de instrumentos financeiros/	As emendas estabelecem requerimentos de divulgação relativos a: (i) investimentos em participação societária mensurados a valor justo através dos outros resultados abrangentes, e (ii) instrumentos financeiros com características contingentes que não se relacionam diretamente com riscos e custos básicos de empréstimo.	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 9 (CPC 48): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	As emendas estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; e (ii) avaliar as características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança ('ASG' ou 'ESG').	01/01/2026, aplicação retrospectiva
IFRS 18 (CPC51): Apresentação e divulgação das Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 (CPC51) introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. A IFRS 18 (CPC51) também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e provavelmente torná-las sujeitas a auditoria. A IFRS 18 (CPC51) substituirá a IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras.	01/01/2027, aplicação retrospectiva

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia espera impactos substanciais na elaboração da Demonstração de Resultado e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, originados pela aplicação da IFRS 18 (CPC51). A Companhia está analisando os possíveis impactos referentes a este pronunciamento em suas demonstrações financeiras.

Em relação aos demais normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2025	2024
Receita de operação e manutenção	120.081	123.471
Receita operacional bruta	120.081	123.471
(-) Deduções da receita operacional bruta (nota 3.1)	(11.771)	(10.421)
Receita operacional líquida	108.310	113.050

3.1. Deduções da receita bruta

	2025	2024
Tributos gerais		
Imposto Sobre Serviços – ISS	(5.775)	(6.309)
PIS e COFINS – correntes	(5.996)	(4.112)
Total	(11.771)	(10.421)

3.2. Política contábil material

A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido ao cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no momento da entrega do produto ou da prestação de serviço. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou itens similares.

4. CUSTOS DE OPERAÇÃO, DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS E OUTRAS DESPESAS

	2025			
	Custos de operação	Receitas (despesas) gerais e administrativas	Outras despesas ¹	Total
Administradores, pessoal e benefícios a empregados	(58.780)	(7.473)	-	(66.253)
Serviços de terceiros	(3.338)	(4.333)	(356)	(8.027)
Depreciação e amortização	(423)	(3.762)	-	(4.185)
Provisão para processos judiciais	-	(59)	-	(59)
Impostos, taxas e contribuições	-	(349)	-	(349)
Materiais	(394)	(2.105)	-	(2.499)
Outras receitas e despesas, líquidas ²	(547)	(6.288)	-	(6.835)
Total	(63.482)	(24.369)	(356)	(88.207)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2024			Total
	Custos de operação	Receitas (despesas) gerais e administrativas	Outras despesas ¹	
Administradores, pessoal e benefícios a empregados	(67.471)	(6.154)	-	(73.625)
Serviços de terceiros	(3.096)	(3.311)	(14.073)	(20.480)
Depreciação e amortização	(393)	(2.239)	-	(2.632)
Provisão para processos judiciais	-	(106)	-	(106)
Impostos, taxas e contribuições	-	(16)	-	(16)
Materiais	(519)	(715)	-	(1.234)
Outras receitas e despesas, líquidas ²	(308)	(3.407)	-	(3.715)
Total	(71.787)	(15.948)	(14.073)	(101.808)

¹ Refere-se as despesas de pré Leilão cujos processos ocorreram em menor volume em 2025.

² A variação refere-se principalmente ao aumento das despesas de viagens em 2025.

4.1. Custos e despesas de pessoal

	2025	2024
Remunerações	(31.528)	(33.899)
Encargos sociais	(12.279)	(14.145)
Auxílio alimentação	(3.202)	(3.165)
Convênio assistencial e outros benefícios	(2.552)	(2.451)
Rescisões	(1.056)	(1.264)
Férias e 13º salário	(5.157)	(6.235)
Plano de saúde	(5.425)	(3.627)
Participação nos resultados	(4.215)	(7.947)
Outros	(839)	(892)
Total	(66.253)	(73.625)

5. RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	3.042	1.242
PIS e COFINS sobre receita financeira	(184)	(59)
Outras receitas financeiras	-	26
	2.858	1.209
Despesas financeiras		
IOF	(83)	(99)
Atualização de provisões para processos judiciais	(9)	(19)
Outras despesas financeiras	(411)	(945)
	(503)	(1.063)
Outros resultados financeiros, líquidos		
Perdas com variações cambiais e marcação a mercado - Dívida	-	(6)
Ganhos com variações cambiais e monetárias	901	-
Perdas com variações cambiais e monetárias	(95)	(111)
	806	(117)
Resultado financeiro, líquido	3.161	29

6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO E OUTROS TRIBUTOS

6.1. Tributos sobre o lucro

Os tributos sobre o lucro correntes e diferidos são representados pelo Imposto de Renda (IRPJ) e pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), e são calculados com base na alíquota de 34% sobre o lucro antes dos impostos (IRPJ - 25% e CSLL - 9%), e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL, limitada a 30% do lucro real do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos reconhecidos estão apresentados a seguir:

	2025	2024
Lucro antes dos tributos sobre o lucro	23.264	11.271
Tributos sobre o lucro às alíquotas da legislação - 34%	(7.910)	(3.832)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro:		
Adições (reversões) de ativos fiscais não reconhecidos	3.095	559
Atualização SELIC indêbitos tributários	310	-
Outras adições (reversões)	249	24
Tributos sobre o lucro	(4.256)	(3.249)
Alíquota efetiva	18%	29%
Corrente	(4.256)	(3.249)

6.1.2. Tributos sobre lucro a recuperar

	2025	2024
Imposto de Renda – IR	382	1.851
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	537	1.636
Total tributos correntes ativos	919	3.487
Circulante	695	629
Ativo não circulante	224	2.858

6.1.3. Política contábil material e julgamentos críticos

a) Políticas contábil material

Os tributos sobre o lucro são calculados com base nas alíquotas vigentes no Brasil e reconhecidos considerando as diferenças temporárias entre os valores contábeis e as bases fiscais dos ativos e passivos, bem como nos prejuízos fiscais apurados. Ativos e passivos fiscais são compensados quando existe direito legalmente exequível para tal compensação e quando ambos se referem à mesma autoridade fiscal e à mesma entidade tributável.

Os tributos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras baseiam-se em estudos técnicos, preparados pela Administração, que suportam a expectativa de lucros tributários futuros. Os tributos diferidos passivos são imediatamente reconhecidos nas demonstrações financeiras.

b) Estimativas e julgamentos críticos

É necessário julgamento crítico para determinar as principais premissas utilizadas na mensuração dos tributos diferidos ativos, considerando as premissas e estimativas de fluxos de caixa projetados, o montante dos créditos tributários reconhecidos podem ser afetados por fatores incluindo, mas não limitado a: (i) premissas internas sobre o lucro tributável projetado, baseado no planejamento de produção e vendas de energia, preços de energia, custos operacionais e planejamento de custos de capital; (ii) premissas externas sobre o cenários macroeconômicos, incluindo perspectivas de demanda comercial e o ambiente tributário.

Essas premissas são elaboradas e fundamentadas pela Administração, considerando os cenários econômicos, comerciais e tributários, e estão sujeitos a alterações.

A Companhia também aplica julgamento crítico na identificação de incertezas sobre posições tributárias sobre o lucro, que podem impactar as demonstrações financeiras. As incertezas sobre tratamento de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Companhia. A Companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus consultores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza, de tal modo que podem surgir disputas com as autoridades fiscais em razão da interpretação das leis e regulamentos aplicáveis.

6.2. Outros tributos a recolher

6.2.1. Outros tributos a recuperar

	2025	2024
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS	99	32
Instituto Nacional de Seguridade Social	415	739
Outros tributos a recuperar	514	771
Circulante	514	771

6.2.2. Outros tributos a recolher

	2025	2024
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	229	124
Programa de Integração Social - PIS	58	56
Contribuição para o Financiamento da Seguridade social - COFINS	270	261
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte	275	228
Instituto nacional do seguro social - INSS	1.850	1.429
Outros	-	458
Outros tributos a recolher	2.682	2.556
Circulante	2.682	2.556

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2025	2024
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	2.518
Fundos de investimento	31.369	24.131
	31.369	26.649

As carteiras de instrumentos financeiros classificados como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2025 é de 99,88% (99,90% em 31 de dezembro de 2024) do CDI.

A carteira de aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é constituída, principalmente por fundos de investimentos exclusivos do Grupo Neoenergia, compostos por diversos ativos, conforme abaixo:

Carteira	2025	2024
Fundos exclusivos		
Operações compromissadas	29.110	24.131
CDB	2.259	-
	31.369	24.131

Os fundos de investimentos exclusivos da Companhia representam apenas veículos de propósito específico controlados pela Neoenergia S.A. Os fundos estão sujeitos a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2025	2024
Partes relacionadas	10.315	10.714
Terceiros	501	166
	10.816	10.880

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2025	2024
Concessionárias	10.816	10.880
A vencer	10.816	10.880

8.1. Política contábil material

O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 16.1) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas.

9. IMOBILIZADO

As variações do imobilizado, por classe de ativo, estão demonstradas conforme a seguir:

	Outros	Ativos em implementação	Total
Taxa média ponderada a.a	11,49%	-	-
Taxa mínima e máxima	5,90% -16,70%	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	4.089	3.879	7.968
Adições	-	5.508	5.508
Depreciação	(613)	-	(613)
Transferência para intangível	481	(2.491)	(2.010)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	3.957	6.896	10.853
Custo	6.075	6.896	12.971
Depreciação acumulada	(2.118)	-	(2.118)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.485	3.345	7.830
Adições	-	597	597
Depreciação	(459)	-	(459)
Transferências	63	(63)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	4.089	3.879	7.968
Custo	5.594	3.879	9.473
Depreciação acumulada	(1.505)	-	(1.505)

9.1. Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de construção, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação (incluindo encargos financeiros), bem como, quando aplicável, a estimativa dos custos com desmontagem do imobilizado e de restauração do local onde o ativo está localizado, deduzido da depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*).

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear, com base na vida útil estimada, a partir da data em que os ativos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido.

b) Estimativas e julgamentos críticos

A Empresa reconhece a depreciação de seus ativos imobilizados com base em taxas anuais que representam as vidas úteis estimadas dos bens. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação (*impairment*) destes ativos, quando aplicáveis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

10. INTANGÍVEL

As variações do intangível, por natureza, estão demonstradas como segue:

	Software	Ativos em implementação	Total
Taxa média ponderada a.a	20%	-	-
Taxa mínima e máxima	20%	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	2.776	3.687	6.463
Adições	-	3.373	3.373
Amortizações	(2.048)	-	(2.048)
Transferência do Imobilizado	5.733	(3.723)	2.010
Saldos em 31 de dezembro de 2025	6.461	3.337	9.798
Custo	10.536	3.337	13.873
Amortização acumulada	(4.075)	-	(4.075)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	2.163	2.013	4.176
Adições	-	3.049	3.049
Amortizações	(762)	-	(762)
Transferência - intangíveis	1.375	(1.375)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	2.776	3.687	6.463
Custo	4.803	3.687	8.490
Amortização acumulada	(2.027)	-	(2.027)

10.1. Política contábil material

Os ativos intangíveis estão demonstrados pelos custos de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável de ativos - (*impairment*).

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	2025	2024
Materiais e serviços	4.382	5.680
Total	4.382	5.680

12. SALÁRIOS, BENEFÍCIOS A EMPREGADOS E ENCARGOS A PAGAR

	2025	2024
Salários, férias e 13º salário	3.943	4.787
Encargos	3.325	3.632
Benefícios	6.569	8.708
Total	13.837	17.127

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

13. PROVISÕES E OUTRAS OBRIGAÇÕES

13.1. Provisões para processos judiciais, passivos contingentes e depósitos judiciais

a) Provisão para processos judiciais

A Companhia é parte envolvida em ações trabalhistas em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas ações são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparadas pela opinião de consultores legais.

Os processos judiciais provisionados estão apresentados a seguir:

	Provisões Trabalhistas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	86	86
Atualização monetárias	9	9
Saldos em 31 de dezembro de 2025	95	95
Saldos em 31 de dezembro de 2023	-	-
Adições e reversões, líquido	86	86
Saldos em 31 de dezembro de 2024	86	86

b) Passivos contingentes

Os passivos contingentes correspondem a processos judiciais não provisionados e são apresentados a seguir:

	2025	2024
Processos fiscais (i)	1.857	1.760
Processos trabalhistas (ii)	4.233	471
	6.090	2.231

Os processos relevantes cuja probabilidade de perda é considerada possível são conforme segue:

- (i) Processos fiscais: Referem-se principalmente a ações de compensação de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social. Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.
- (ii) Processos trabalhistas: Referem-se a ações movidas por empregados e ex-empregados, envolvendo a cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação / reenquadramento salarial, discussão sobre plano de cargos e salários e outras, e, ações movidas por ex-empregados de empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária) envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras. Os valores foram atualizados pela variação da taxa Referencial (TR), índice de atualização dos processos trabalhistas acrescido de juros de 1% a.m.

13.2. Política contábil material e julgamentos críticos

a) Política contábil material

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, baseado nos pareceres jurídicos. Passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível,

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável.

b) Estimativas e julgamentos críticos

Os processos judiciais são contingentes por natureza, ou seja, serão resolvidos quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. A ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos potenciais resultados dos eventos futuros.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

14.1. Capital social

O capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2025 é de R\$70.000 (R\$70.000 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 70.000.000 quotas de R\$1,00 (um real) cada uma (70.000.000 de quotas em 2024), assim atribuída aos sócios quotistas:

Acionista	Total de ações	Ações	
		%	R\$
Neoenergia S.A.	69.999.999	99,99%	69.992.993
Neoenergia Investimentos	1	0,01%	7
Total	70.000.000	100%	69.993.000

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia.

As principais transações comerciais com o acionista e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos; e (iv) mútuos.

As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo:

15.1. Saldo em aberto com partes relacionadas

	2025		2024	
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Subsidiárias da Neoenergia	
Ativo				
Contas a receber e outros ^(a)	10.315	-	10.714	
	10.315	-	10.714	
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	974	-	1.004	
Contas a pagar de mútuo	-	5.651	-	
Passivo de arrendamento ^(b)	-	-	2.758	
	974	5.651	3.762	

15.2. Transações com partes relacionadas

	2025		2024	
	Subsidiárias da Neoenergia	Controladora	Subsidiárias da Neoenergia	
Resultado do exercício				
Receita operacional bruta ^(a)	55.699	-	49.419	
Despesas gerais e administrativas ^(b)	(3.480)	-	(3.392)	
Resultado financeiro, líquido	-	(556)	-	
	52.219	(556)	46.027	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

15.3. Principais transações com partes relacionadas

As principais transações com partes relacionadas referem-se a:

Item	Empresa relacionada	Tipo de transação	Índice de correção	Prazo	Vencimento	Ativo / (Passivo)	Resultado do exercício
(a)	Neoenergia Jalapão	O&M	IPCA	5 anos	2028	1.029	11.890
(a)	Neoenergia Dourados	O&M	IPCA	5 anos	2028	656	7.587
(a)	Neoenergia Lagoa dos Patos	O&M	IPCA	5 anos	2028	987	6.865
(a)	SE Narendiba S/A	O&M	IPCA	5 anos	2028	489	5.652
(a)	Neoenergia Itabapoana	O&M	IPCA	5 anos	2028	435	5.004
(b)	Elektro Redes	Arrendamento	IGP-M	5 anos	2026	-	(2.506)

15.4. Remuneração da administração (Pessoal-chave)

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções executivas e membros do conselho de administração da Companhia reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência, estão apresentadas como segue:

	2025	2024
Salários e benefícios recorrentes	1.390	1.270
Remuneração variável de curto prazo	2.208	3.287
Benefícios de longo prazo	111	102
Total	3.709	4.659

16. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2025			2024	
	CA	VJORA	VJR	CA	VJR
Ativos financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	31.369	2.518	24.131
Contas a receber de clientes e outros	10.816	-	-	10.880	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	7	-	-	-
Outros ativos financeiros	110	-	-	75	-
	10.926	7	31.369	13.473	24.131
Passivos financeiros					
Fornecedores e contas a pagar	4.382	-	-	5.680	-
Passivo de arrendamento	581	-	-	2.758	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	13	-	-	-
Outros passivos financeiros	1.378	-	2.291	7.477	1.677
	6.341	13	2.191	15.915	1.677

CA – Custo amortizado

VJR – Valor justo por meio do resultado

16.2. Estimativa do valor justo

Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e

Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 16.6 – análise de sensibilidade.

16.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo (“VJR”)

O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2025 Nível 2	2024 Nível 2
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	31.369	24.131
Instrumentos financeiros derivativos	7	-
	31.376	24.131
Passivos financeiros		
Instrumentos financeiros derivativos	13	1.677
	13	1.677

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.

16.4. Política contábil material

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros

Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; e
- Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras.

(ii) Passivo financeiro

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação.

16.5. Métodos e técnicas de avaliação

O valor justo dos mútuos classificados no nível 2 são baseados na abordagem de Receita ou na abordagem de Mercado.

16.6. Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção econômica e

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

financeira contra o risco de alteração nas taxas de câmbio e de juros. Os principais instrumentos utilizados são *swaps* e *Non-Deliverable Forwards* (NDF).

Todas as operações de derivativos dos programas de *hedge* da Companhia estão detalhadas nos quadros a seguir, que incluem informações sobre tipo de instrumento, valor de referência, vencimento, valor justo incluindo risco de crédito e valores a receber e a pagar.

Com o objetivo de avaliar a relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*, a Companhia adota metodologia de teste de efetividade prospectivo através dos termos críticos do objeto e dos derivativos contratados, com o intuito de concluir se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de *hedge* e do instrumento de *hedge* possam ser compensados mutuamente.

Programa de hedge para desembolsos em Dólar

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF e opções para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Dólar.

Este programa é designado para contabilidade de hedge e classificados como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Desembolso USD					
Termo	US\$ 161	-	2026-2027	7	-
Líquido				7	-

Programa de hedge para desembolsos em Euro

Com o objetivo de reduzir a volatilidade do fluxo de caixa, a Companhia pode contratar operações via NDF para mitigar a exposição cambial originada por desembolsos denominados ou indexados ao Euro.

Este programa é designado para contabilidade de hedge e classificados como hedge de fluxo de caixa, portanto mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

NDF	Valor de referência		Vencimento (Ano)	Valor justo	
	2025	2024		2025	2024
Desembolso EUR					
Termo	€ 38	-	2026	(13)	-
Líquido				(13)	-

16.7. Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos financeiros e respectivas exposições objeto de proteção, em cenários probabilísticos dos principais fatores de risco de mercado aos quais estão expostos, considerando a volatilidade histórica observada e mantendo todas as demais variáveis constantes. A estimativa do valor potencial em risco considera o horizonte projetado para os próximos 68 dias úteis (ou 89 dias corridos) a partir de 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário Provável:** Foram projetados os fluxos de caixa futuros na data de análise, considerando os saldos e eventuais encargos e juros, estimados com base nas taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2025.

- **Cenário II:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 15% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

- **Cenário III:** Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 30% nas variáveis de risco associadas em relação ao cenário provável.

Para os desembolsos em moeda estrangeira em contratos não dívida são adotadas as estratégias de proteção a seguir, sendo apresentados na tabela os impactos relativos aos cenários reproduzidos para a variação cambial sobre o derivativo e correspondente impacto em cada cenário para o item protegido. Desta forma, observamos o efeito de eliminação e/ou redução da exposição cambial líquida através da estratégia de *hedge*:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/ Nocional)	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Item protegido: parte de desembolsos em USD NDF	Dólar (US\$)	Alta do Dólar	5,5024	(960) 960	127 (127)	254 (254)
Exposição Líquida						
Item protegido: parte de desembolsos em EUR NDF	Euro (€)	Alta do Euro	6,4692	(247) 247	37 (37)	73 (73)
Exposição Líquida						

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

Operação	Indexador	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/ Nocional)	Cenário Provável	Impacto Cenário (II)	Impacto Cenário (III)
Ativos financeiros	CDI	Queda do CDI	14,90%	31.369	1.108	(159)	(321)

Contadora

Rachel Alves Pascale
CRC-RJ-Nº 115915/ O-3

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Luciana Maximino Maia
Diretora

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os Diretores da **Elektro Operação e Manutenção Ltda.**, CNPJ/MF n°. **02.041.066/0001-55**, sociedade por ações, de capital fechado, com sede na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Ary Antenor de Souza, n° 321, Sala G, CEP 13.053-024, para fins do disposto nos incisos V e VI do artigo 27 da Instrução CVM n° 80, de 29.03.2022, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31.12.2025; e

(II) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório da Deloitte, relativamente às demonstrações financeiras da Companhia, alusivas ao exercício social findo em 31.12.2025.

Campinas (SP), ~~27-27~~ de março de 2026.

Fabiano Uchoas Ribeiro
Diretor Presidente

Luciana Maximino Maia
Diretora